

TERÇA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2000

## POLÍTICA

## FH: "Regras são para serem mantidas"

## ■ Presidente não aceita pressão para reverter Lei Kandir

MÁRCIO PACELLI  
Enviado especial

PARINTINS, AM – O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em Parintins – cidade situada na divisa do Amazonas com o Pará –, que não vai ceder à exigência feita pelos governadores de que o executivo compense as perdas dos estados com a Lei Kandir. Depois de participar de uma reunião para a abertura oficial do ano letivo e visitar barcos-escola à margem do Rio Amazonas, Fernando Henrique destacou ainda que a pressão dos governadores dificilmente impedirá a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal no Senado. "Eu duvido que o Senado deixe de corresponder ao que o Brasil deseja", ressaltou Fernando Henrique, classificando a lei como fundamental para o país. "O Brasil precisa botar ordem nas finanças, disciplinar o déficit público, punir todos, inclusive o presidente, o prefeito, o governador. Mas punir não é o objetivo. O objetivo é cumprir a lei fiscal", avaliou o presidente.

**Ameaças** – Os 22 governadores que se reuniram na semana passada em Curitiba ameaçam influir na votação da Lei Fiscal, caso o executivo não reveja sua determinação de ressarcir aos estados o limite de R\$ 3,8 bilhões acertado para este ano. No encontro realizado no Paraná, os governadores decidiram rasgar um acordo feito dias antes e exigir o ressarcimento do total a que têm direito, em compensações de perdas com a Lei Kandir. A cifra poderá chegar aos R\$ 4,2 bilhões.

O executivo não pode aumentar o valor da devolução para não comprometer as metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Nós já tínhamos estabelecido uma regra e as regras são para serem mantidas", disse Fernando Henrique, que defendeu a manutenção do acordo feito com os executivos estaduais, fechado há poucos dias com os secretários estaduais de Fazenda no Palácio do Planalto.

**Reivindicações** – O presidente evitou criticar o direito dos governadores de reivindicarem aumento de repasses federais, mas lembrou que há limites no orçamento e o próprio Poder Executivo enfrenta dificuldades financeiras. "Claro que eu entendo a situação de cada governador, mas também tenho limitações", afirmou Fernando Henrique, afastando qualquer chance de atender ao pleito. O presidente pedirá ao Senado que vote a lei em caráter de urgência.